

Alves pode ser cassado antes de expulso do PPR

O deputado João Alves (PPR-BA) apresentou ontem à presidência do PPR sua defesa no processo de expulsão requerido contra ele pelos deputados Fernando Freire (RN) e Pedro Pavão (SP), também do partido, pelo envolvimento com o escândalo do Orçamento. Alves alega inocência e disse que seu patrimônio é resultado de 410 prêmios ganhos na loteria. A Comissão de Ética do PPR se reúne amanhã às 9h, para analisar o pedido de expulsão. Membros do partido calculam que a exclusão de Alves ocorrerá só em janeiro, quando ele poderá estar cassado pela CPI.

Na reunião da Comissão será escolhido o relator do processo. Os mais cotados são o ex-senador gaúcho Otávio Cardoso e o deputado estadual de Tocantins Antonio Jorge Godinho. O partido quer um nome sem mandato no Congresso, para evitar constrangimento no processo. O relator terá até 15 dias para emitir parecer. Se for pela expulsão, o relatório será votado pela Comissão e, em seguida, vai para a Executiva nacional.

A Executiva terá dez dias para convocar o Diretório Nacional, que tem o poder de expulsão. Alves poderá recorrer da decisão do Diretório, composto por 121 membros, à Convenção Nacional. Além dos membros do Diretório, a Convenção é formada por delegados regionais e por todos os parlamentares que não fazem parte do Diretório.